

RELATORIA

Painel: Mesa 15: Ativação de espaços coletivos e cidades seguras para todos

Data: 01/03/2016, 14h às 15h30

Relatora:

Julia Spinelli (DICT/SNH)

1. INTRODUÇÃO

O objetivo do encontro é compartilhar um painel de temas sociais e urbanos que permita ampliar o debate nacional e internacional, de forma a subsidiar a posição brasileira nas proposições relacionadas à Agenda Pós-2015 e aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), especialmente ao ODS 11 relacionado ao tema de “Cidades Sustentáveis”. Tais assuntos também serão foco de grande parte dos debates que ocorrerão na Terceira Conferência das Nações Unidas sobre Habitação e Desenvolvimento Urbano Sustentável (Habitat III), prevista para acontecer em Quito, Equador, em outubro de 2016.

O objetivo central desta mesa é tratar os seguintes temas:

Desafios para os investimentos em infraestrutura urbana e de sustentabilidade de forma a garantir a valorização do desenho urbano de qualidade e políticas democráticas de convivência solidária e pacífica, produzindo espaços urbanos seguros, acessíveis e socialmente ativos, que estimulem a sua apropriação e o fortalecimento da comunidade local e da vida urbana.

2. BREVE PANORAMA/CONTEXTO DO TEMA

Moderador: Pedro Strozenberg, Secretário Executivo do Instituto Estudos da Religião – ISER

Painelista 1: **Dino Capriolo**, Especialista Principal em Modernização do Estado do Departamento de Capacitação Institucional do Estado, Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID

- Apresentação de dados de violência na região da América Latina e Caribe (ALC), a partir de estudos do BID:
 - ALC é a região mais violenta do mundo, o que para o desenvolvimento sustentável é um grande obstáculo – 43 das 50 cidades mais violentas do mundo estão na região
 - A região ainda tem altas taxas de homicídio sem melhoras significativas – números podem ser comparados com regiões em conflitos armados
- Desafios da segurança cidadã no Brasil:
 - Elevados níveis de criminalidade e violência
 - Diferenças significativas nas taxas de homicídios por região e por estado

Encontro Rumo à Conferência Habitat III

São Paulo, 29 de fevereiro e 1º de março de 2016

(Praça das Artes, Av. São João, nº 281, Centro)

Mesa 15: Ativação de espaços coletivos e cidades seguras para todos

- Baixa integração sócioprodutiva dos jovens no mercado de trabalho (também tem implicações de raça envolvidas)
- Baixa eficácia policial e pouca eficiência nos gastos com policiamento
- Apuração de denúncias; inquéritos policiais
- Abordagem BID:
 - O BID trabalha há 5 anos por meio de empréstimos/financiamentos de projetos que tratam de forma multicausal o tema de conflitos & violência
 - Estratégia central dos projetos:
 1. Realização de diagnóstico preciso;
 2. Soluções integrais;
 3. Governança: maior presença estatal, melhor articulação entre estados e municípios em ações multissetoriais e integradas.
 - Desafios das propostas:
 - Maior enfoque na prevenção;
 - Propostas transparentes e com ampla participação cidadã;
 - Bom dimensionamento do problema (a partir de diagnóstico adequado);
 - Identificação e qualificação dos benefícios.
 - O BID tem 4 projetos em execução no Brasil no tema de segurança cidadã

Painelista 3: Claudia Bustos, Secretária Executiva do Programa Quiero Mi Barrio - Ministério de Habitação e Urbanismo do Chile

- Apresentação do Programa Quiero Mi Barrio, Ministério de Habitação e Urbanismo do Chile:
 - Diagnóstico:
 - A partir da alocação de recursos por um longo período, o déficit habitacional regrediu (exceto na ocasião do terremoto em 2010);
 - Desafios:
 - Escala urbana: reverter à sensação de insegurança e a existência de espaços degradados, abandonados etc.
 - Escala do bairro: déficit de infraestrutura, fragmentação do tecido social e tomada de espaços por grupos de ações ilícitas (tráfico de drogas)
 - Abordagem do Programa Quiero Mi Barrio (início em 2006):
 - Abordagem territorial
 - Foco no espaço público – Trabalho da percepção de segurança pelos moradores em conjunto com a percepção dos espaços públicos
 - Grande participação da população local (por meio dos Conselhos de Vizinhaça)
 - O Programa opera a partir da aliança entre comunidade, governo local e Ministério.
 - Eixo de segurança do Programa Quiero Mi Barrio: Tem foco na retomada dos espaços públicos pela comunidade como estratégia para trazer a sensação de segurança pelos vizinhos e evitar a ocupação desses espaços por grupos de tráfico de drogas.
 - O Programa possui agendas futuras: Novas tipologias de bairros de alta criatividade e condomínios sociais em altura.

Painelista 2: Mariana Cavalcanti, Professora do Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro - IESP UERJ

Organização:

ConCidades
Conselho das Cidades

Secretaria Nacional de
Habitação

Ministério das
Cidades

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
PÁTRIA EDUCADORA

Apoio:

Cities Alliance
Cities Without Slums

PREFEITURA DE
SÃO PAULO

Habitat
para a Humanidade

CBIC

cooperação
alema

giz

Encontro Rumo à Conferência Habitat III

São Paulo, 29 de fevereiro e 1º de março de 2016

(Praça das Artes, Av. São João, nº 281, Centro)

Mesa 15: Ativação de espaços coletivos e cidades seguras para todos

- Sobre pesquisas acadêmicas recentes na área de habitação:
 - Houve grande mudança do tema da urbanização de favelas para estudos sobre o Programa Minha Casa Minha Vida – de fato, nenhum programa habitacional anterior conseguiu atingir com a mesma potência as camadas de renda mais baixas –, com atenção para teorias que apontam os novos conjuntos habitacionais construídos como reprodutores de uma lógica de espaços segregatórios e com maior vulnerabilidade
 - Contudo, o PMCMV não deve ser responsabilizado pelas consequências sociais e espaciais que tem base em uma estrutura social historicamente opressora
- Sobre os espaços públicos dos conjuntos habitacionais do PMCMV:
 - A não existência de espaços comerciais informais acaba deixando grande potencial para que as próprias comunidades explorem outras dinâmicas de comércio informal, ocupando também os espaços públicos dentro do conjunto
 - Assim, apesar dos casos de conflitos e violência que recentemente foram publicados em jornais televisivos e sítios eletrônicos, o espaço público desses conjuntos pode ser mais vibrante que o da própria cidade na qual está inserido

Painelista 4: Antônio Sampaio, Pesquisador Associado para Segurança e Desenvolvimento do Instituto Internacional para Estudos Estratégicos – IISS

- A urgência do tema de cidades seguras se amplia na medida em que o mundo se torna mais urbano: na região da América Latina, cerca de 80% da população vive em cidades – por isso a relevância da região para a discussão do tema;
- O crescimento acelerado das áreas urbanas afetou a capacidade das autoridades locais e do Estado, deteriorando a segurança;
- O desafio de ativar espaços coletivos para criar cidades seguras é complexo e requer cooperação – entre diferentes contextos, regiões e estratégias. Indica também a associação de estudos estratégicos e de segurança com estudos urbanos e sociais;
- A ONU usa o conceito de “segurança multidimensional”, que une temas de segurança e de desenvolvimento;
- A América Latina, como região mais violenta do mundo, teve muitas experiências para o combate à violência urbana. A solução mais empregada foi o uso de forças armadas com treinamento para agir com funções de polícia;
- Contudo, o ambiente urbano não é favorável para ações de forças armadas: a densidade da cidade oferece camuflagem ideal, e a proporção de baixas é grande – por isso, os conflitos são prolongados quando em ambiente urbano;
- A segurança deve ser ponto essencial para as políticas de desenvolvimento urbano;
- Em Medellín, por exemplo, a estratégia utilizada para reduzir taxas de homicídios e violência e estabilizar áreas urbanas foi uma combinação de políticas públicas que envolveram educação, mobilidade, retomada de espaços públicos e policiamento;
- No Rio de Janeiro, no entanto, a experiência de Medellín foi reinterpretada com o uso de policiamento ostensivo – na forma do chamado “Caveirão”, sem o mesmo sucesso;
- É preciso integrar políticas públicas com apoio do Estado, a segurança deve ser tema transversal – e o Brasil tem ainda um desafio a mais: a recente escassez de recursos.

Organização:

ConCidades
Conselho das Cidades

Secretaria Nacional de
Habitação

Ministério das
Cidades

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
PÁTRIA EDUCADORA

Apoio:

Cities Alliance
Cities Without Slums

PREFEITURA DE
SÃO PAULO

Habitat
para a Humanidade

CBIC
cooperação
alemã

giz

Encontro Rumo à Conferência Habitat III

São Paulo, 29 de fevereiro e 1º de março de 2016

(Praça das Artes, Av. São João, nº 281, Centro)

Mesa 15: Ativação de espaços coletivos e cidades seguras para todos

Painelista 5: Fernando Carrión, Professor Pesquisador da Faculdade Latino Americana de Ciências Sociais - FLACSO

- A cidade é também uma das vítimas da violência. Costuma-se afirmar que altas taxas de urbanização provocam o aumento da violência. Contudo, foi no anos 1990, quando as taxas de urbanização caíram, que os índices de violência (como taxas de homicídio) aumentaram;
- A violência é um processo cujos atores estão em permanente conflito. É como um urbanismo: deve ser gerido;
- A violência apresenta uma determinada geografia e cronologia, que provocam a divisão espacial e temporal das áreas da cidade – um processo de sucessão de fases e faces;
- A violência urbana se soma a todos os aspectos da cidade: espaço, transporte, meio ambiente etc. e, desse modo, tem o poder de alterar a percepção de cidadania – é, portanto, essencial para tratar o direito à cidade;
- Atualmente, as políticas de segurança aplicadas na cidade se resumem à estratégias de prevenção situacional, “janelas fechadas” e polícias pacificadoras;
- O planejamento urbano não pode apenas incorporar mais uma dimensão (a segurança); ele deve ser redesenhado em sua forma conceitual para que a segurança esteja incorporada nele integralmente.

3. PRINCIPAIS PONTOS DISCUTIDOS

- Revisão conceitual do planejamento urbano para incorporar a segurança;
- A segurança deve ser ponto essencial para as políticas de desenvolvimento urbano;
- É preciso integrar políticas públicas com apoio do Estado, a segurança deve ser tema transversal;
- A retomada dos espaços públicos pode ser um instrumento para a melhora da sensação de segurança.

4. PRINCIPAIS DESAFIOS RELACIONADOS AO TEMA

- Escala urbana: reverter a sensação de insegurança e a existência de espaços degradados, abandonados, etc.;
- Escala do bairro: déficit de infraestrutura, fragmentação do tecido social e tomada de espaços por grupos de ações ilícitas (tráfico de drogas);
- Revisão das estratégias atuais de segurança: Ativar os espaços públicos, não tratar as soluções para segurança apenas com muros e policiamento (solução situacional);
- No Brasil: a diminuição de recursos públicos;
- O tema da violência é mais presente quando se trata da realidade Latino-americana.

5. CONCLUSÕES

- Necessidade de pensar a segurança como um fundamento do desenvolvimento urbano;
- Integração de políticas públicas com apoio do Estado, onde a segurança deve ser tema transversal e essencial;
- A participação da população local é fundamental para o sucesso das ações;

Encontro Rumo à Conferência Habitat III

São Paulo, 29 de fevereiro e 1º de março de 2016

(Praça das Artes, Av. São João, nº 281, Centro)

Mesa 15: Ativação de espaços coletivos e cidades seguras para todos

- Fortalecimento das autoridades locais;
- A construção de cidades democráticas e sustentáveis passa pela discussão sobre a segurança e a revisão das políticas públicas e do planejamento urbano;

Organização:

ConCidades
Conselho das Cidades

Secretaria Nacional de
Habitação

Ministério das
Cidades

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
PÁTRIA EDUCADORA

Apoio:

Cities Alliance
Cities Without Slums

PREFEITURA DE
SÃO PAULO

Habitat
para a Humanidade

CBIC

cooperação
alemã

giz